

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – FUNÇÃO E CARREIRA DO PROCURADOR DO MUNICÍPIO...	27
1. Introdução e breve histórico	27
2. Leis de regência da carreira	31
3. Constituição e a carreira do Procurador do Município (PEC 17/2012)	32
4. Teto remuneratório do Procurador do Município	35
5. A constitucionalidade do recebimento dos honorários sucumbenciais pelos procuradores municipais	38
CAPÍTULO II – FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL	41
1. Conceito	41
2. Prerrogativas processuais.....	42
2.1. Prazo em dobro para manifestações processuais e intimação pessoal do Procurador Municipal	43
2.2. Citação pessoal da Fazenda Pública Municipal	44
2.3. Revelia e a Fazenda Pública Municipal	46
2.4. Contestação pela Fazenda Pública Municipal	47
3. Taxas e custas judiciais.....	48
4. Tutela provisória de urgência cautelar e antecipada	49
5. Reexame necessário	50
5.1. O reexame necessário e a questão intertemporal.....	53
6. Denúnciação da lide e o município	53
7. Prescrição em face da Fazenda Pública	54
8. Das súmulas aprovadas na Comissão Nacional de Advocacia Pública.....	56
9. Súmulas Vinculantes aplicáveis à Fazenda Pública	57
10. Questões de concursos.....	61
11. Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	65
CAPÍTULO III – O DIREITO TRIBUTÁRIO E OS IMPOSTOS MUNICIPAIS	69
1. Introdução e conceito.....	69
1.1. Sistema Constitucional Tributário (artigo 145 e seguintes).....	71

2.	Princípios informadores.....	73
2.1.	Princípio da legalidade tributária	74
2.2.	Princípio da anterioridade tributária	80
2.3.	Princípio da isonomia tributária.....	83
2.4.	Princípio da irretroatividade tributária	85
3.	Imunidades	87
4.	Obrigação e crédito tributário	93
4.1.	Obrigação tributária	93
4.1.1.	Elementos da obrigação tributária	94
4.2.	Crédito tributário	96
4.3.	Suspensão do crédito tributário.....	97
4.4.	Extinção do crédito tributário.....	99
4.5.	Exclusão do crédito tributário	103
5.	Prescrição e decadência.....	105
5.1.	Decadência.....	105
5.2.	Prescrição.....	107
5.3.	Prescrição do crédito x prescrição intercorrente.....	110
6.	AS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....	113
6.1.	Impostos Municipais	118
6.1.1.	Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN)	118
6.1.2.	IPTU	127
6.1.3.	ITBI	134
6.2.	Impostos Estaduais	137
6.3.	Impostos Federais	143
6.4.	Taxas	148
6.5.	Contribuições de melhoria.....	151
6.6.	Empréstimos compulsórios	154
6.7.	Contribuições especiais.....	155
7.	Questões de concursos.....	159
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	165
CAPÍTULO IV – A EXECUÇÃO FISCAL NO CONTEXTO MUNICIPAL		189
1.	Processo administrativo tributário	189
1.1.	Do lançamento.....	191
1.1.1.	Modalidades de lançamento	193

1.1.2.	Hipóteses de alteração do lançamento	195
1.2.	Controle de legalidade da inscrição em dívida ativa.....	197
1.3.	Passo a passo do Procurador do Município no processo administrativo	198
1.4.	Fluxograma – Processo administrativo	199
2.	Execução fiscal	200
2.1.	Considerações iniciais	200
2.2.	Propositura e seus documentos necessários.....	201
2.2.1.	Da competência territorial	203
2.3.	Citação	204
2.3.1.	Do redirecionamento da execução para os coobrigados	208
2.3.2.	Dos “demais” executados.....	210
2.3.3.	Da sucessão tributária	213
2.4.	Busca e substituição de bens	216
2.4.1.	Penhora <i>on-line</i> e a desnecessidade de se esgotar outras formas de buscas	222
2.5.	Hasta pública e adjudicação.....	225
2.6.	Isenção de taxas judiciais.....	225
2.7.	Honorários advocatícios.....	226
2.8.	Da prescrição decretada de ofício pelo juiz da execução – formalidades necessárias.....	231
2.9.	Manifestações e defesas cabíveis pelo executado	234
2.9.1.	Embargos.....	234
2.9.2.	Exceção de pré-executividade	238
2.9.3.	As demais ações autônomas.....	241
2.10.	A medida cautelar fiscal	245
2.11.	Recursos cabíveis	246
2.12.	Alternativas à execução fiscal na arrecadação tributária	247
2.13.	Lei formal autorizativa do não ajuizamento de execuções fiscais de créditos de pequeno valor	248
3.	Passo a passo do Procurador no processo administrativo e na execução fiscal	251
4.	Fluxograma – Execução fiscal	252
5.	Modelos de peças processuais e manifestações.....	253
5.1.	Modelo de petição inicial de execução fiscal.....	253
5.2.	Modelo de petição de inclusão de sócio coobrigado	254
5.3.	Modelo de petição requerendo penhora <i>on-line</i>	255
5.4.	Modelo de petição requerendo penhora de faturamento	257

5.5.	Modelo de resposta à exceção de pré-executividade	258
5.6.	Modelo de agravo de instrumento em face de decisão que indeferiu requerimento de citação postal	262
5.7.	Modelo de parecer a respeito de exclusão de coobrigado da execução fiscal	265
5.8.	Modelo de ação cautelar fiscal.....	266
5.9.	Modelo de agravo de instrumento em face de decisão que alterou a competência territorial da execução fiscal	270
6.	Questões de concursos.....	274
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	280
CAPÍTULO V – A EXECUÇÃO CONTRA O MUNICÍPIO E OS PRECATÓRIOS JUDICIAIS.....		315
1.	A EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E SUAS PECULIARIDADES	315
1.1.	O cumprimento de sentença e sua defesa	316
1.2.	A execução de título extrajudicial e o instrumento cabível para defesa.....	318
1.3.	Cumprimento provisório de sentença em face do município.....	320
1.4.	A súmula 306 do STJ e a sucumbência recíproca na vigência do CPC/2015	321
2.	Precatórios e a Fazenda Pública.....	323
2.1.	Visão geral	323
2.2.	A Emenda Constitucional 113/2021 e a correção monetária das condenações em face da Fazenda Pública	328
2.2.1.	A aplicação do art. 1º-F nas condenações por encargos trabalhistas inadimplidos por empresa terceirizada.....	331
2.3.	EC 62: alterações no procedimento dos precatórios e a posterior declaração de inconstitucionalidade pelas ADIs 4357 e 4425.....	332
2.4.	A Lei Complementar 151 e o uso do depósito judicial pelos entes públicos.....	336
3.	Passo a passo da atuação do procurador nas execuções contra o Município e o processamento do precatório.....	339
4.	Fluxograma	340
5.	Modelos de petições e manifestações	340
5.1.	Modelo de petição de embargos à execução de RPV	340
5.2.	Modelo de impugnação à execução (versão simplificada)	341
5.3.	Modelo de manifestação em relação a sequestro de verbas públicas	342
5.4.	Modelo de manifestação sobre fracionamento de RPV.....	342
5.5.	Modelo de ofício requisitando informações sobre o pagamento de RPV ...	343

5.6.	Modelo de petição de concordância com os cálculos apresentados para pagamento de RPV	343
5.7.	Modelo de petição de execução invertida	344
5.8.	Modelo de impugnação a execução de sentença sobre sucumbência recíproca dentro do CPC/2015	344
6.	Questões de concursos.....	346
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	349
CAPÍTULO VI – LICITAÇÃO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO		367
1.	Conceito	367
2.	Natureza jurídica.....	368
3.	Princípios informadores.....	368
3.1.	Princípio da publicidade	368
3.2.	Princípio da legalidade.....	369
3.3.	Princípio da impessoalidade.....	370
3.4.	Princípio da moralidade.....	370
3.5.	Princípio da igualdade	371
3.6.	Princípio da probidade administrativa	371
3.7.	Princípio do julgamento objetivo.....	373
3.8.	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório	373
4.	Dispensa	374
5.	Inexigibilidade.....	378
5.1.	Contratação de escritório de advocacia pelo ente municipal.....	379
6.	Modalidades de licitação	380
6.1.	Concorrência.....	381
6.2.	Tomada de preço	381
6.3.	Convite	382
6.4.	Concurso.....	383
6.5.	Leilão	383
6.6.	Pregão.....	384
7.	Tipos de licitação – critérios de julgamento	385
8.	Sistema de registro de preço.....	386
9.	Regime diferenciado de contratações públicas – Lei Federal nº 12.462/2011.....	387
9.1.	Lei 14.065/2020 (Covid-19) e suas implicações na sistemática das contratações públicas.....	387
10.	Anulação e revogação	391

11.	Recursos administrativos	391
12.	Análise da licitação pelo Procurador do Município	392
12.1.	Verificação de pressupostos	392
12.2.	Pareceres emitidos.....	392
12.3.	Julgamento de recursos administrativos.....	394
13.	Passo a passo da Licitação e a participação do Procurador do Município.....	395
14.	Fluxogramas.....	396
15.	Modelos de petições e manifestações	397
15.1.	Modelo de parecer técnico em relação a pedido de revisão contratual.....	397
15.2.	Modelo de parecer em relação a revogação contratual	401
15.3.	Modelo de parecer em relação a aumento do objeto na licitação	404
15.4.	Modelo de parecer para análise de abertura de licitação.....	405
15.5.	Modelo de parecer em relação a pedido de alteração cadastral.....	406
15.6.	Modelo de parecer em relação a pedido de aditamento de quantitativo do contrato.....	408
15.7.	Modelo de parecer em relação à alteração contratual.....	410
15.8.	Modelo de parecer em relação à prorrogação de prazo.....	411
15.9.	Modelo de parecer em relação à aprovação de medição	414
16.	Questões de concurso.....	415
17.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	420
CAPÍTULO VI-A – LICITAÇÃO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO		425
1.	Conceito	425
2.	Natureza jurídica.....	425
3.	Princípios informadores.....	426
3.1.	Princípio da publicidade	426
3.2.	Princípio da legalidade.....	427
3.3.	Princípio da impessoalidade.....	427
3.4.	Princípio da moralidade.....	427
3.5.	Princípio da igualdade	428
3.6.	Princípio da probidade administrativa	428
3.7.	Princípio do julgamento objetivo.....	428
3.8.	Princípio da vinculação ao edital.....	429
3.9.	Princípio da eficiência.....	429
3.10.	Princípio do interesse público	429
3.11.	Princípio do planejamento.....	429

3.12.	Princípio da transparência.....	429
3.13.	Princípio da eficácia.....	429
3.14.	Princípio da segregação de funções.....	429
3.15.	Princípio da motivação	430
3.16.	Princípio da segurança jurídica	430
3.17.	Princípio da razoabilidade.....	430
3.18.	Princípio da competitividade	431
3.19.	Princípio da proporcionalidade.....	431
3.20.	Princípio da celeridade.....	431
3.21.	Princípio da economicidade.....	431
3.22.	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	431
4.	Licitação Dispensável	432
5.	Inexigibilidade.....	436
5.1.	Contratação de escritório de advocacia pelo ente municipal	437
6.	Modalidades de licitação	439
6.1.	Concorrência.....	439
6.2.	Concurso.....	440
6.3.	Leilão	440
6.4.	Pregão.....	441
6.5.	Diálogo competitivo	441
6.6.	Modalidade especial de licitação – Lei Complementar nº 182/2021 – marco regulatório das <i>startups</i> e empreendedorismo inovador	443
7.	CrITÉrios de julgamento.....	444
8.	Instrumentos auxiliares.....	445
9.	Anulação e revogação	445
10.	Recursos administrativos	446
11.	Análise da licitação pelo Procurador do Município.....	447
11.1.	Verificação de pressupostos	447
11.2.	Parecer Emitido	448
11.3.	Julgamento de recursos administrativos.....	450
12.	Passo a passo da Licitação e a participação do Procurador do Município.....	451
13.	Fluxogramas.....	452
14.	Modelos de petições e manifestações	453
14.1.	Parecer – prorrogação contratual.....	453
14.2.	Parecer – Abertura de Procedimento Licitatório.....	454
14.3.	Parecer – Abertura de Procedimento Licitatório.....	462

15. Questões de concurso.....	471
16. Principais informativos do STJ e STF correspondentes ao tema	473

CAPÍTULO VII – DESAPROPRIAÇÃO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO ... 477

1. Conceito	477
2. Natureza jurídica.....	477
3. Pressupostos	477
4. Fase declaratória	478
5. Fase executória	479
6. Desapropriação ordinária	480
7. Desapropriação extraordinária	480
7.1. Desapropriação extraordinária urbanística sancionatória	480
7.2. Desapropriação extraordinária rural	481
7.3. Desapropriação extraordinária confiscatória	481
8. Desapropriação indireta.....	481
9. Retrocessão.....	482
10. Direito de extensão.....	483
11. Ação judicial de desapropriação	483
11.1. Pressupostos e documentos indispensáveis	483
11.2. Contestação	484
11.3. Imissão provisória na posse	484
11.4. Desistência da desapropriação.....	487
11.5. Reexame necessário.....	487
12. Registro do imóvel desapropriado.....	488
13. Passo a passo da atuação do Procurador do Município.....	488
14. Fluxogramas	489
15. Modelos de petições e manifestações	490
15.1. Modelo de decreto declaratório de utilidade pública do imóvel.....	490
15.2. Modelo de decreto expropriatório.....	490
15.3. Modelo de Portaria designando comissão para laudo de avaliação	491
15.4. Modelo de ação judicial de desapropriação	491
16. Questões de concursos.....	493
17. Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	498

CAPÍTULO VIII – RESPONSABILIDADE CIVIL E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO..... 509

1. Visão geral.....	509
---------------------	-----

1.1.	Responsabilidade estatal: características diferenciadoras	511
2.	Responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública (buraco)	513
2.1.	Defesas judiciais cabíveis.....	514
2.1.1.	Preliminar de falta de interesse de agir – ausência de pedido administrativo.....	514
2.1.2.	Ônus probante e insuficiência de provas.....	515
2.1.3.	Culpa – responsabilidade subjetiva.....	516
2.1.4.	Culpa exclusiva da vítima.....	516
2.1.5.	Culpa concorrente.....	517
3.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações de responsabilidade civil.....	517
3.1.	Responsabilidade civil geral	517
3.1.1.	O Município como autor.....	517
3.1.2.	O Município como réu	518
3.2.	Responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública.....	518
4.	Fluxogramas.....	519
4.1.	Responsabilidade Civil.....	519
4.2.	Ação de Responsabilidade Civil por Defeito na Pavimentação Pública	520
5.	Modelos de peças	520
5.1.	Modelo de petição inicial em ação de obrigação de fazer	520
5.2.	Modelo petição inicial de ação indenizatória	522
5.3.	Modelo de petição de defesa escrita em ação de responsabilidade civil por defeito na pavimentação pública	523
5.4.	Modelo de petição requerendo intimação pessoal – art. 183 CPC.....	529
5.5.	Modelo de petição requerendo reabertura de prazo para defesa	530
6.	Questões de concursos.....	530
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	534
CAPÍTULO IX – ASPECTOS DO DIREITO DO TRABALHO E O PROCURADOR DO MUNICÍPIO		541
1.	O regime trabalhista na Administração Pública	541
1.1.	A reforma trabalhista – Breves considerações.....	545
2.	Terceirização na Administração Pública e a súmula 331 do TST.....	546
2.1.	A responsabilidade subsidiária e a reforma trabalhista	551
3.	Estabilidade do empregado público	552
4.	Aposentadoria e extinção do contrato de trabalho	555

5.	Contrato temporário e verbas trabalhistas.....	557
6.	A competência da justiça do trabalho no artigo 114 da CF a partir da EC 45.....	558
7.	Restrições ao direito de greve.....	562
8.	A execução contra a Fazenda Pública municipal no âmbito trabalhista.....	564
9.	Orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho – TST.....	564
10.	Passo a passo do Procurador do Município na Reclamação Trabalhista	566
11.	Fluxograma	567
12.	Modelos de petições e manifestações	568
12.1.	Modelo de petição de contestação.....	568
12.2.	Modelo de petição de recurso ordinário	574
12.3.	Modelo de petição de agravo de petição.....	577
12.4.	Modelo de petição de recurso de revista	578
12.5.	Modelo de petição de contrarrazões em reclamatória trabalhista	582
13.	Questões de concursos	585
14.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	590
CAPÍTULO X – A SAÚDE E SUA JUDICIALIZAÇÃO		615
1.	Competência constitucional.....	615
1.1.	Da (não) obrigação estatal em fornecer medicamento não registrado pela Anvisa.....	621
2.	Responsabilidade do ente público municipal	622
3.	Defesas judiciais cabíveis	625
3.1.	Preliminares.....	626
3.1.1.	Falta de interesse processual – Ausência de pedido administrativo	626
3.1.2.	Perda do objeto	627
3.1.3.	Chamamento ao processo dos Entes Federados	628
3.2.	Do mérito.....	628
3.2.1.	Reserva do possível.....	628
3.2.2.	Judicialização da saúde pelo poder judiciário (ofensa ao princípio da harmonia entre os poderes – separação de poderes).....	631
4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações que envolvam o direito à saúde	633
5.	Fluxograma	634
6.	Modelos de petições e manifestações	635
6.1.	Modelo de petição de contestação envolvendo fornecimento de medicamento.....	635
6.2.	Modelo de petição de apelação.....	639

6.3.	Modelo de petição de apelação sob a alegação de perda do objeto	641
6.4.	Modelo de ofício requerendo a comprovação da tutela antecipada	643
6.5.	Modelo de contestação com preliminar do Resp nº 1.657.156/RJ – obrigatoriedade do poder público de fornecer medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS (Tema 106).....	644
7.	Questões de concursos.....	652
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	656
CAPÍTULO XI – O PAPEL DO MUNICÍPIO NO DIREITO AMBIENTAL		663
1.	Considerações iniciais sobre o direito ambiental	663
2.	Princípios informadores.....	665
2.1.	Princípio da ubiquidade.....	665
2.2.	Princípio do desenvolvimento sustentável	665
2.3.	Princípio da participação	666
2.4.	Princípio da função socioeconômico-ambiental da propriedade	666
2.5.	Princípio do mínimo existencial ecológico	666
2.6.	Princípio da proibição do retrocesso ecológico	666
2.7.	Princípio do poluidor pagador e do usuário pagador.....	667
2.8.	Princípio da precaução e prevenção.....	667
3.	Competência constitucional	668
4.	Procedimento do licenciamento ambiental	671
5.	Interesse local: norma mais favorável	673
6.	A responsabilidade estatal no Direito Ambiental.....	674
7.	O direito ambiental em face do CPC/2015 e a (im)possibilidade de composição	676
8.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações ambientais – polo ativo e polo passivo.....	678
9.	Fluxograma	679
9.1.	Licenciamento ambiental.....	679
10.	Modelos de petições e manifestações	679
10.1.	Modelo de petição de recurso administrativo	679
10.2.	Modelo de recurso administrativo com pedido de efeito suspensivo	681
10.3.	Modelo de ofício referente à atuação ambiental	683
11.	Questões de concursos.....	684
12.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	689
CAPÍTULO XII – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E A FAZENDA PÚBLICA....		699
1.	Juizado especial da Fazenda Pública.....	699

1.1.	Considerações iniciais.....	699
1.2.	Pontos diferenciadores previstos na lei	701
1.3.	Da audiência de conciliação e sua “real” necessidade	704
1.4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações de competência do Juizado da Fazenda Pública.....	706
1.5.	Fluxogramas	707
1.6.	Modelos de petições e manifestações.....	707
1.6.1.	Modelo de petição de requerimento de cancelamento de audiência inicial.....	707
2.	Intervenção anômala	709
2.1.	Considerações iniciais.....	709
2.2.	Hipóteses autorizadoras	710
2.3.	Peculiaridades	712
2.4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município nas ações passíveis de intervenção anômala	712
2.5.	Fluxograma.....	713
	Intervenção Anômala	713
2.6.	Modelos de petições e manifestações.....	714
2.6.1.	Modelo de petição requerendo a intervenção do Município	714
3.	AÇÃO MONITÓRIA	715
3.1.	Considerações iniciais.....	715
3.2.	Procedimento	716
3.3.	Ação Monitória em face do Município e sua (im)possibilidade	717
3.4.	Ação Monitória proposta pelo Município	721
3.5.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na ação monitória ..	721
3.6.	Fluxograma – Ação Monitória em face do Município	722
3.7.	Modelos de petições e manifestações.....	722
3.7.1.	Modelo de embargos à ação monitória	722
4.	SUSPENSÃO DE LIMINAR/SEGURANÇA.....	727
4.1.	Considerações iniciais.....	727
4.2.	Procedimento	730
4.3.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na suspensão de segurança/liminar	733
4.4.	Fluxograma.....	733
4.5.	Modelos de petições e manifestações.....	734
4.5.1.	Modelo de suspensão de segurança.....	734

5.	Reclamação constitucional	745
5.1.	Considerações iniciais	745
5.2.	Procedimento	747
5.3.	Hipóteses de cabimento	749
5.3.1.	Preservar a competência dos tribunais (art. 988, I)	749
5.3.2.	Garantia da autoridade de decisões de Tribunal (art. 988, II).....	749
5.3.3.	Garantia da observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade (art. 988, III)	750
5.3.4.	Garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência (art. 988, IV).....	750
5.4.	Reclamação Constitucional e as Súmulas Vinculantes	751
5.5.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na reclamação constitucional	752
5.6.	Fluxograma.....	752
5.7.	Modelos de petições e manifestações.....	753
5.7.1.	Modelo de reclamação constitucional.....	753
6.	Ação civil pública no contexto municipal	763
6.1.	Considerações iniciais	763
6.2.	O artigo 16 da LACP	765
6.3.	Breves noções sobre o termo de ajustamento de conduta.....	767
6.4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na Ação Civil Pública.....	768
6.5.	Fluxograma.....	769
6.6.	Modelos de petições e manifestações.....	769
6.6.1.	Modelo de termo de ajustamento de conduta.....	769
6.6.2.	Modelo de contestação em ação civil pública.....	770
6.6.3.	Modelo de contraminuta de agravo de instrumento em ação civil pública.....	774
7.	AÇÃO RESCISÓRIA	775
7.1.	Considerações iniciais	775
7.2.	A Fazenda Pública na Ação Rescisória	779
7.3.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na ação rescisória....	780
7.4.	Fluxograma.....	781
7.5.	Modelos de petições e manifestações.....	781

7.5.1.	Modelo de ação rescisória – petição inicial	781
7.5.2.	Modelo de contestação em ação rescisória	788
8.	Mandado de Segurança	795
8.1.	Considerações iniciais	795
8.2.	Prazo de interposição	797
8.3.	Legitimidade ativa e passiva no Mandado de Segurança	798
8.4.	Espécies de Mandado de Segurança	799
8.5.	Hipóteses vedadoras de utilização do mandado de segurança	801
8.6.	Concessão de liminar em mandado de segurança	802
8.7.	Das informações prestadas	802
8.8.	Da possibilidade de desistência do mandado de segurança	803
8.9.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município no mandado de segurança	803
8.10.	Fluxograma.....	804
8.11.	Modelos de petições e manifestações.....	804
8.11.1.	Modelo de petição de cadastramento.....	804
8.11.2.	Modelo de manifestação em mandado de segurança.....	805
8.11.3.	Modelo de informações em mandado de segurança.....	806
9.	Questões de concursos.....	814
10.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	820

CAPÍTULO XIII – O ESTATUTO DA CIDADE E O PAPEL DO MUNICÍPIO EM SEU CUMPRIMENTO

831

1.	Considerações gerais SOBRE DIREITO URBANÍSTICO	831
2.	O Estatuto da Cidade.....	833
3.	O Plano Diretor	835
4.	Dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade.....	837
4.1.	Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios.....	837
4.2.	IPTU progressivo no tempo.....	838
4.3.	Desapropriação com pagamento em títulos.....	839
4.4.	Usucapião especial de imóvel urbano	841
4.5.	Direito de superfície	843
4.6.	Direito de preempção	845
4.7.	Outorga onerosa do direito de construir e alteração do uso do solo.....	847
4.8.	Operações urbanas consorciadas e potencial adicional de construção	848
4.9.	Transferência do direito de construir.....	851

4.10.	Estudo de impacto da vizinhança.....	852
5.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município Nos instrumentos de política urbana – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios – IPTU progressivo no tempo – desapropriação.....	853
6.	Fluxograma – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios – IPTU progressivo no tempo – desapropriação.....	854
7.	Modelos de petições e manifestações	854
7.1.	Modelo de ação judicial de desapropriação	854
7.2.	Modelo de petição inicial de execução fiscal tendo por objeto o IPTU progressivo no tempo.....	856
8.	Questões de concursos.....	857
9.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	863
CAPÍTULO XIV – A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA DENTRO DO CONTEXTO MUNICIPAL.....		865
1.	Noções gerais (e as alterações trazidas pela EC nº 103/2019).....	865
2.	O regime previdenciário municipal e suas características peculiares	871
2.1.	O § 1º do artigo 149 da CF/1988	871
2.2.	A não regularidade previdenciária do município e suas consequências.....	873
3.	A Emenda Constitucional nº 113/2021 e o parcelamento das contribuições previdenciárias e dos demais débitos dos Municípios.....	874
4.	Passo a passo da atuação do Procurador do Município na instituição da contribuição social, nos termos do artigo 149, § 1º, CF/1988	876
5.	Fluxograma	876
6.	Questões de concursos.....	877
7.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	880
CAPÍTULO XV – A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA (REURB) E A LEI FEDERAL Nº 13.465/2017 NO CONTEXTO MUNICIPAL.....		885
1.	Noções gerais	885
2.	Objetivos da REURB.....	886
3.	Instrumentos da REURB	887
4.	Procedimento da REURB	888
5.	legitimados para solicitar a REURB.....	889
6.	O papel do município dentro da REURB	891
7.	Passo a passo da REURB.....	892
8.	Fluxogramas.....	893
9.	Modelos de petições e manifestações	893

9.1.	Modelo de Requerimento	893
10.	Questões de concursos.....	895
11.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	898
CAPÍTULO XVI – OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A FAZENDA PÚBLICA		901
1.	Considerações iniciais.....	901
2.	Os negócios jurídicos processuais no CPC/2015	903
3.	O papel da Fazenda Pública nos negócios jurídicos processuais.....	907
4.	Passo a passo da atuação do Procurador nos negócios jurídicos processuais	910
5.	Fluxograma – negócios jurídicos processuais.....	910
6.	Modelos de petições e manifestações	911
6.1.	Modelo de petição de acordo com a alteração da data da audiência designada	911
6.2.	Modelo de petição de negócio jurídico processual versando sobre acordo sobre prazos e medidas a serem tomadas	911
7.	Questões de concursos.....	915
8.	Principais informativos do STJ e do STF correspondentes ao tema	917
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		923